



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

50º aniversário da URSS

Saudação do CC do PCP  
ao PCUS e vários artigos  
da redacção.

Lêr nas pgs. centrais.



O fascismo prepara a mascarada eleitoral

## INTENSIFICAR A ORGANIZAÇÃO de uma campanha política de massas!

O fascismo prepara a mascarada «eleitoral» de 1973. Na «conversa» de 14 - XI, as primeiras palavras de M. Caetano destinaram-se a recordar que «daqui a menos de um ano, a nação será chamada a eleger novamente os seus deputados».

As broas de Natal ao funcionalismo público anunciadas na mesma «conversa» e a promessa, para o próximo ano, de uma actualização dos seus vencimentos, que não sofreram qualquer aumento desde o ano «eleitoral» de 1969, sendo fruto das reivindicações e das lutas dos empregados do Estado, incluem-se notoriamente, do ponto de vista do governo, nos preparativos «eleitorais».

Até na Assembleia Nacional fascista este típico expediente eleitoralista foi notado e um deputado, Magalhães Mota, comentou: «Não basta incluir nas leis de receitas e despesas de anos eleitorais providências destinadas a melhorar a situação do funcionalismo. Bom é que se ajustem e, quanto antes, os seus vencimentos ao aumento impressionante do custo de vida.»

A reactivação da demagogia fascista, em todos os planos, faz parte, também dos preparativos do governo para a mascarada «eleitoral». M. Caetano deu o tom e os tópicos para a desenfreada campanha que vai ouvir-se, ao referir a reforma do en-

sino — «a mais ampla da nossa história» —, ao anunciar que «não regatearemos recursos para a saúde e a assistência», ao proclamar que «prosssegue afanosamente a obra de fomento».

Mas o chefe do governo fascista não foi capaz de silenciar completamente a total desorganização da vida escolar nas universidades e o profundo descontentamento de estudantes e professores, o caos e o mal estar reinante nos hospitais entre doentes e médicos, as notícias que circulam acerca dos escândalos que têm rodeado os concursos das grandes empenhadas públicas. Não foi capaz de ocultar, também, o prosseguimento da inflação e a desactualização de salários e ordenados. Não foi ca-

paz de silenciar, tão pouco, a crescente actividade dos patriotas das colónias portuguesas e o alargamento da solidariedade internacional que lhes é prestada, ao mesmo tempo que, como informou, o governo fascista experimenta dificuldades mesmo com os seus mais próximos aliados — os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia. Anunciou um novo imposto destinado evidentemente a reforçar o financiamento das guerras coloniais e que pesará de diversas formas sob o nosso povo.

Uma vez mais, M. Caetano sentiu necessidade de aludir às contradições e oposições internas que se verificam no campo fascista ao referir «as críticas derrotistas, a maledicência gratuita»,

«as suspeições torpes». Destas contradições e oposições são também indicações características as afirmações feitas na Assembleia Nacional fascista pelo deputado Miller Guerra que chegou agora à conclusão de que: «os factos foram demonstrando que a decantada liberalização era ilusória» e de que «se demonstrou a incapacidade do regime se reformar politicamente.»

Anunciar o propósito  
de intervir nas  
eleições fascistas

No documento «Tarefas fundamentais da situação política actual», de Maio de 1972, o CC do nosso Partido prevenia: «De- (cont. na pág. 2)

## Greves e «cêra» de 4 mil trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto

Os 4 mil trabalhadores dos transportes colectivos do Porto (oficinas, movimento e escritórios), deram um belo exemplo de combatividade e unidade, ao fazerem greve nos dias 30 e 31 de Outubro (nas oficinas) e recorrendo à «cêra» os trabalhadores do movimento.

Quando no dia 30 de Outubro os 400 operários da estação da

Carcereira receberam o salário verificaram, com surpresa, que eram mencionados 30 dias em vez dos 26 habituais, mas o salário era o mesmo. A concretizar-se a manobra da Administração, os trabalhadores seriam expoliados de 5 dias, pois na folha de pagamentos passariam a receber o 7º dia, mas o salário seria o mesmo, o que na prática resultaria na diminuição do salário diário.

O descontentamento foi imediato, gerando-se variados ajuntamentos a discutir o problema. Após o almoço, os operários começaram a concentrar-se, junto do relógio. Surge então a palavra de ordem para ninguém trabalhar da parte da tarde, decisão que é unânime e aceita por todos: Os operários reclamam a presença do director, mas como um dos engenheiros dizia que ele estava no estrangeiro, reafirmaram a sua decisão de não trabalhar e apresentaram as suas reivindicações:

— pagamento do 7º dia e pagamento integral dos dias perdidos por doença.

Quando os operários das estações de Massarelos, Boavista e Areosa souberam o que se estava a passar na Carcereira, também eles decidiram, numa magnífica acção unitária, que ninguém trabalhasse, o que foi seguido por todos.

Os trabalhadores do Movimento, informados do que se passava, decidem solidarizar-se com os trabalhadores das oficinas. Dando provas de elevado espírito de classe e de decisão, pois tudo se passa rapidamente, resolvem fazer «cêra», traduzida em marcha lenta, o que provoca engarrafamentos monstruosos por toda a cidade (como os próprios jornais diários noticiaram), nomeadamente na zona da Boavista, Baixa, Constituição (onde chegaram a estar parados os 6 autocarros da carreira 120) e na linha de Ermesinde.

A administração chamava, entretanto, a Pide. Aparece o inspector Meireles e quando este chama um dos operários, os restantes avançam como um só e cercam o pide, que recua acagachado.

No dia 31, logo que entram, os operários das diferentes estações decidem continuar a greve. O pessoal do Movimento mantém-se igualmente solidário a fazer «cêra», provocando sérios problemas de trânsito.

O pide Meireles aparece de novo, desta vez acompanhado de vários agentes, ameaçando os trabalhadores de medidas drásticas. À volta das instalações circulam (como na véspera) carros da PSP cheios de agentes. Os tra- (cont. na pág. 6)

M. Caetano faz a saudação fascista (nos tempos em que era Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa). Um bom símbolo da continuidade.



# Uma campanha política de massas

(cont. da 1.ª pág.)

ve partir-se da ideia de que o governo procurará tirar experiências das derrotas políticas que sofreu no passado».

O pregão de eleições-à-vista lançado por M. Caetano na sua última «conversa», as medidas para captar popularidade que anunciou, a campanha demagógica que delineou, paralelamente aos esforços que a ANP está a desenvolver desde há meses, através de «planários» e outras reuniões, com a estruturação de comissões e a preparação agora do Congresso, cuja realização está prevista para logo a seguir ao da Oposição Democrática—indicam que os fascistas procurarão prevenir uma nova e estrondosa derrota política, não apenas com a repressão e medidas restritivas da actividade democrática, mas também através de um esforço político desusado e intenso.

Não será de espantar que este esforço compreenda formas demagógicas espectaculares, incluindo de carácter «liberalizante». A anunciada abolição das «medidas de segurança», de internamento, uma reivindicação central da opinião democrática, mostra que não é impossível que se venha a assistir a outras medidas de idêntica natureza. Como é típico das «reformas» de M. Caetano, o desaparecimento das medidas de segurança foi acompanhado da incriminação de actos políticos que até agora não estavam previstos na lei e o governo prepara-se para instaurar, como já foi denunciado, o regime de prorrogação de penas, o que representará a continuação das «medidas de segurança» com outro nome.

O novo esforço político-demagógico que, tudo indica, o governo irá realizar traduz, tal como a repressão terrorista generalizada, o aprofundamento da crise do regime e terá em vista sustentar o seu crescente isolamento político e social.

Ao preparar-se para aproveitar as eleições fascistas de 1973 para realizar uma grande cam-

panha política de massas, o movimento democrático, devendo estar sobretudo prevenido para fazer frente aos golpes da repressão e às restrições de toda a ordem que o governo procurará impôr-lhe, deve estar atento, também, à evolução da política do fascismo, nomeadamente ao recrudescimento da demagogia, deve desmascará-la prontamente perante as massas.

Através da batalha do recenseamento estreitamente ligada à luta pela liberdade democrática, através da preparação e durante o Congresso da Oposição Democrática, através de iniciativas que saiam para fora do círculo dos activistas, entre as quais a comemoração do 31 de Janeiro, com a publicação de múltiplos documentos e o aproveitamento de todos os meios possíveis de divulgação, o movimento democrático tem de reforçar desde já a propaganda, a agitação, o esclarecimento políticos, tem que aparecer aos olhos das massas denunciando a política antinacional e antipopular do governo e apontando as soluções da Oposição Democrática para os grandes problemas nacionais.

O anúncio ao povo português, a curto prazo, do propósito do movimento democrático intervir nas eleições fascistas e apresentar candidatos constituirá, com certeza, um impulso à actividade em torno do recenseamento e incrementará todo o trabalho tendente ao aproveitamento das eleições fascistas de 1973 para a realização duma grande campanha política de massas, para a intensificação da luta pela liberdade, para o reforço das formas legais e semi-legais de organização democrática unitária, para a intensificação da luta popular em todos os sectores em que ela se desenvolve.

A imposição ao fascismo da realização do Congresso Nacional da Oposição Democrática, no seguimento da imposição do direito de reunião, largamente conseguido, nas comemorações do 5 de Outubro, é uma demonstração clara da força e influência popular do movimento democrático, da sua capacidade de travar com sucesso a grande batalha que se avizinha.

## Alargar a unidade — tarefa de todos!

O movimento democrático tem realizado importantes progressos nos últimos meses. Reorganizam-se e reforçam-se as estruturas distritais, estende-se e consolida-se a rede de comissões de base, progride-se no terreno da cooperação e coordenação nacional, realizou-se um bom 5 de Outubro, avança-se na batalha do recenseamento, dão-se passos em frente na preparação do Congresso da Oposição Democrática, progride-se no alargamento da unidade, embora subsistam dificuldades criadas sobretudo por democratas que se mantêm à margem do movimento.

Entre estes há os que fazem depender a sua participação de

condições postas de fora do movimento e entre estas são colocadas algumas que a serem aceites conduziriam à paralisação, à divisão, ao abandono dos objectivos fundamentais.

Há quem coloque como condição para participar que a actividade em torno das eleições fascistas tenha como direcção principal a denúncia do eleitoralismo e como aspecto importante o estudo do «país real» e «a formulação a partir daí do modelo de socialismo» que o movimento democrático deve preconizar.

É evidente que quem defende estas opiniões e quer impô-las ao movimento democrático não pensa seriamente em participar numa batalha política de massas em torno dos problemas maiores do povo português.

O eleitoralismo é um dos vários desvios para que o movimento democrático tem que estar vigilante e a que deve dar combate internamente. Não é mais do que isto. Não é um problema do povo português, só o é na cabeça de teorizadores «esquerdistas» divorciados dele.

A abordagem, no movimento democrático, de questões como as do modelo de socialismo, além de completamente deslocada num movimento unitário, onde participam e devem participar democratas de várias tendências, desvia-o da acção, arrasta-o para intermináveis discussões teorizantes, leva-o ao beco sem saída, neste terreno, das oposições ideológicas, num ponto em que são profundamente diferenciadas as opiniões mesmo entre aqueles que se pronunciam pelo socialismo. Em resumo, semia a divisão, conduz à paralisação.

Já o apontar da perspectiva do socialismo como o grande objectivo em que se integra a actual luta pela liberdade pode ser, em certos distritos (de acordo com a composição social e política do movimento, a experiência e as tradições de luta das massas populares) um factor de união e coesão de esforços, um elemento mobilizador.

Dificuldades de outra natureza são as que se manifestam em torno da sigla de algumas estruturas distritais. Não são, com certeza, insuperáveis estas dificuldades. Desde que haja acordo em relação aos objectivos, formas de organização e métodos de trabalho parece recomendável conservar as siglas que são reconhecidas pelo povo e que traduzem a continuidade da luta.

Nesta como noutras questões idênticas o essencial é a determinação de reforçar a unidade e de alargá-la a todos que estejam de acordo em aproveitar as eleições fascistas de 1973 para a realização de uma campanha política de massas, que se pronunciem pela manutenção firme dos objectivos do movimento democrático (fim do fascismo, conquista das liberdades e fim das guerras coloniais) e pela nítida recusa a contentamentos com «liberalizantes» da SEDES e outros.

## Entrevista de A. Cunhal à «Rinascita»

A REVISTA «RINASCITA», DO PC ITALIANO, PUBLICOU NO SEU NÚMERO DE 22 DE SETEMBRO UMA ENTREVISTA COM ÁLVARO CUNHAL.

«O desenvolvimento da luta popular nos últimos anos (disse o nosso camarada) tem-se caracterizado pelo seu alargamento a todas as classes e camadas anti-monopolistas, pela diversificação dos objectivos, pela maior prontidão da reacção das massas, pela criação, em torno de objectivos concretos, de movimentos organizados de carácter unitário, com meios e métodos específicos de acção e os seus próprios quadros dirigentes, que se vão formando na própria luta. O movimento antifascista é um grande movimento popular e nacional, a expressão dos interesses, aspirações e objectivos do povo português e da nação portuguesa».

A entrevista esclarece o apoio que a Igreja Católica tem dado à ditadura fascista. «Se a Igreja falou no seu esforço para dar ao fascismo a base de massas, que este não foi capaz de ganhar no terreno político, isso deve-se, não à sua falta de diligência, mas aos profundos sentimentos antifascistas do povo português». Sublinha depois os «sintomas de Inquietação» que se manifestam na Igreja e o movimento dos católicos progressistas. «O nosso Partido de há muito defende e pratica a cooperação com os democratas católicos, que constituem um sector válido do movimento antifascista português. Em todos os sectores da luta popular, católicos lutam ao lado de comunistas, socialistas e outros democratas. Isso não tem conseguido nem conseguirá impedir, nem o governo, nem o alto clero reacçãoário».

Acerca do apoio dos países imperialistas ao fascismo e ao colonialismo português, sublinha-se na entrevista que «pode dizer-se que a ajuda dos países imperialistas ao governo de Lisboa é directamente proporcional às posições dos monopólios respectivos na economia de Portugal e colónias portuguesas e às facilidades militares de que gozam em território português». Falando da ajuda do governo italiano: «Tudo quanto o PC, as forças democráticas e o povo da Itália têm feito e tentam a fazer para impedir o prosseguimento de uma tal política constitui uma importante ajuda à luta do povo português e dos povos das colónias portuguesas».

Falando da situação económica, das consequências negativas dos recentes acordos com o Mercado Comum e da intensificação da exploração dos trabalhadores, como política do governo para tentar sair das dificuldades, apressar a acumulação e reforçar a capacidade competitiva no quadro da integração europeia, afirma-se que «os trabalhadores e as massas populares não aceitarão passivamente pagar o preço da política antinacional e de guerra colonial dos monopólios e do governo fascista».

Finalmente, abordando a actividade do PCP e as perspectivas de luta das forças democráticas portuguesas, A. Cunhal afirmou:

«Temos por diante uma luta complexa que exigirá ainda pesados sacrifícios. Não há a esperar um qualquer processo de liberalização do regime, nem que ponham fim ao fascismo os próprios fascistas. A conquista da liberdade terá de ser obra do nosso próprio povo. O fascismo defende-se pela força. Pela força terá de ser vencido. Não atravessamos ainda uma situação de crise revolucionária, mas a insurreição armada é a perspectiva da luta popular».

## NATAL

### do preso político

Vai transcorrer mais um Natal e começar um Novo Ano, em que muitos presos políticos ficarão privados de conviver com os seus familiares.

Entre esses presos existem destacados patriotas que já contam 5, 10, 15 ou mais anos de prisão! Tais são os casos de **Dias Lourenço, José Magro, A. Gervásio, Ângelo Veloso, Diniz Miranda, Rogério de Carvalho, Canais Rocha, Domingos Abrantes, Manuel Pedro** e outros mais.

Que de todos os lados chegue aos presos políticos o calor da solidariedade antifascista, que se recolham fundos para eles e seus familiares e que todos lutem pela sua libertação!

## AS VITÓRIAS SINDICAIS dependem da acção de massas e da sua organização

A repressão policial não conseguiu impedir o amplo e combativo movimento sindical criado nos últimos anos. Mas o Governo não desistiu dos seus intentos e recorre a toda uma série de ilegalidades para impedir que trabalhadores honestos e da confiança das suas respectivas classes estejam à frente dos sindicatos. A aliança Governo-patronato-rafeiros sindicais, faz-se sentir em variadíssimos aspectos e recorre a burlas e ilegalidades para impedir a eleição de Direcções honestas em diversos sindicatos, como se verificou recentemente nos metalúrgicos de Aveiro, paideiros do Porto, empregados de escritório e motoristas de Lisboa, etc. Essa aliança levou ao despedimento de vários motoristas que se destacaram na defesa dos interesses da sua classe e à ameaça da Comissão Administrativa (C.A.) de promover processos judiciais a outros motoristas. Nas C.A. onde há homens com alguma dignidade, ou que não se dispõem a colaborar incondicionalmente com o Governo-patronato, os serventários do Ministério das Corporações ameaçam-nos, insultam-nos e coagem-nos a apresentar listas de rafeiros para Direcções «eleger» ou simplesmente para C.A., como são os casos, entre outros, dos metalúrgi-

cos e gráficos de Lisboa.

Não obstante as dificuldades impostas pela aliança Governo-patronato-rafeiros sindicais, a experiência continua a demonstrar a justeza de utilizar os sindicatos em conjugação com a luta nas empresas, movimentando largas massas trabalhadoras na defesa dos seus direitos vitais, pela liberdade sindical, contra a exploração capitalista e o corporativismo. A luta sindical terá maior ou menor êxito consoante as massas que mobilizar e o grau de unidade e organização existente em cada classe. Aqueles que usam um palavreado pseudo-revolucionário e defendem a ideia de ignorar a legislação fascista, que defendem a criação de estruturas sindicais à margem dos sindicatos e das suas respectivas direcções, essas e outras concepções tendentes à clandestinização do movimento sindical, facilitam a acção repressiva fascista e enfraquecem o movimento de massas.

**Os operários têxteis do Barreiro e a sua Comissão sindical conseguiram um importante êxito.**

Meses depois da Comissão ter entregue no sindicato um abaixo-assinado a pedir a convocação de uma Assembleia extraordinária para discutir a revisão do CCT

e outros problemas que preocupam a classe, entre eles o caso das intoxicações, o presidente da Assembleia recusou a sua convocação usando uma linguagem bem própria de um rafeiro do patronato e do fascismo. Os operários foram à Delegação do INTP a Setúbal, onde também nada resolveram. Mas quando no dia 8 de Nov.º se realizava a Assembleia ordinária para discutir o relatório e contas, nela compareceram **mais de 500 operários**, que denunciaram o Pres. da Assemb.<sup>a</sup> por se recusar a cumprir os Estatutos e acusaram a Direcção de não defender os interesses da classe.

Perante a firmeza e a unidade dos trabalhadores têxteis, o Pres. da Assemb.<sup>a</sup> foi forçado, contra a sua vontade, a marcar uma Assembleia extraordinária para 13 de Dezembro.

**Os motoristas de Lisboa e a sua Comissão Pró-sindicato, demonstrando grande persistência e combatividade, não se deram por derrotados com a burla das eleições de 30 de Set.º e as perseguições do patronato e rafeiros da C.A., e, prossequindo na luta, conseguiram que as eleições-burla fossem anuladas.**

A realização de novas eleições representa uma vitória dos motoristas, mas é necessário estarem precavidos para novas falcatruas dos rafeiros fascistas da C.A. e mobilizarem toda a classe para os expulsar do sindicato e eleger uma lista de trabalhadores honestos e da confiança da classe.

## Lutas contra a exploração e por aumento de salários

Os operários da **Sorefome** formaram uma comissão representativa das várias secções, a qual se avistou, em Outubro, por duas vezes, com o representante da Administração, apresentando as seguintes reivindicações: semana de 45 horas; aumento de salários (equiparados aos da Lisnave); abolição de turnos, prémios e horas extraordinárias; critério diferente do actual quanto às promoções; feriado no dia 1º de Maio.

Os operários da **Abelheira** prosseguem na sua luta por aumento de salários. Em meados de Outubro, cerca de 100 operários e operárias concentraram-se por duas vezes na gerência. Tentando intimidar os trabalhadores, a gerência despediu 8 operários, mas foi forçada a pagar indemnizações. A baixa de produção, forma de luta a que os operários recorreram como forma de pressionar o patronato, continua a provocar grande diminuição da produção.

**Francisco A. Silva** (Torres Vedras) — Em fins de Setembro, os operários da fundição desta firma só pegaram ao trabalho cerca das 10 e meia da manhã, como protesto contra a forma como era feito o reajustamento de categorias e o pagamento atrasado, previsto no A.C.T. Os operários só pegaram no trabalho depois do patrão prometer

solucionar o problema.

**Faroeste** (Torres Vedras) — Também em fim de Setembro, os operários fizeram uma pequena paralisação como protesto contra os baixos salários.

Os operários da **empresa metalúrgica SACH**, como resultado da sua luta e da paralisação que fizeram, conquistaram aumento de salários.

Os empregados da **tipografia do jornal «Diário Popular»**, — entregaram uma exposição ao Conselho de Administração, onde insistem na necessidade de serem aumentados os salários e reclamam contra o não cumprimento do CCT por parte da Administração, nomeadamente no que se refere ao número de dias de férias, pagamento de diuturnidades e feriados.

Operários metalúrgicos da **empresa de transportes «Oliveiras»** no seguimento de outras acções (abaixo-assinados, «cêra», etc.), em fins de Setembro reivindicaram aumentos de salários. A Administração, como represália, cortou-lhes a regalia de utilizarem gratuitamente os transportes da empresa e ainda os ameaçaram de prisão (!), mas cabe aos trabalhadores mostrarem pela sua luta e unidade que possuem mais força que os patrões fascistas da empresa «Oliveiras».

## Os roubos dos patrões da metalurgia

São variadas as empresas metalúrgicas que continuam a fugir ao pagamento de 30 dias, tal como estipula o actual CCT, ou que alteram arbitrariamente as categorias dos operários para assim não pagarem salários mais elevados. Tais são os casos, entre muitos outros, das empresas **Comelna, Famel** (Agueda) e **Mofa Quadros** (Fg. da Foz), onde comissões e trabalhadores realizaram acções reivindicando os seus direitos.

Em alguns casos, os trabalhadores têm escrito aos sindicatos a denunciar os roubos de que são vítimas. É justo fazerem-no e pedirem o apoio do Sindicato, mas é principalmente junto dos patrões que os trabalhadores devem exigir o cumprimento do CCT e a satisfação de outras reivindicações.

Delegados do INTP têm realizado reuniões em S. João da Madeira, Rio Meão, Ovar e outras localidades, para «informar» os operários das alterações do CCT. Numa dessas reuniões, em Ovar, com o delegado Nuno Tavares (conhecido desde os seus tempos de estudante por «Nuno Pedra», dada a sua estupidez), originou-se grande discussão à volta da manipulação das categorias profissionais, tendo a certa altura os operários mostrado a sua indignação, chamando ao subdelegado «ladraão», «são todos uns ladrões», «fascistas», etc. Com tal acolhimento, o «Pedra» teve a «inteligência» de acabar apressadamente com a «informação», dizendo já ser tarde e que precisava de ir jantar...

## Os despedimentos continuam

Devido à crise em que se debate a economia nacional, mas também pela introdução de novas técnicas e maquinarias, visando aumentar a produtividade, a exploração dos que trabalham e os lucros, continuam a ser despedidos milhares de trabalhadores.

Segundo uma informação do Fundo de Fomento de Mão de Obra, só nos meses de Março-Abril, o número de despedimentos colectivos atingiu 2.500, em diversos ramos de actividade.

A fábrica de cortiças Aldemiro Mira, em Alhos Vedros, anunciou o seu encerramento, o que provocará o desemprego de mais de 200 trabalhadores. Estes trabalhadores, como disseram os próprios jornais, têm direito a indemnizações no montante de 3.600 contos, mas só as conseguirão se se organizarem e lutarem unidos.

**LEITOR EMMIGO DO «AVANTE!»**

*Depois de leres o «Avante!», lembra-te que há muitos e muitos portugueses que desejariam lê-lo e que não sabem como o obter. Não o destruas. Dá-o a um dos teus amigos de confiança.*

*Colabora com o «Avante!», fazendo-o chegar a pessoas honestas ou deixa-o num sítio onde possa ser usado e lido por outras pessoas, especialmente trabalhadores.*

A empresa metalúrgica «Gialco», do Porto, anunciou a falência judicial, o que pode significar o despedimento de 400 trabalhadores. Como já anteriormente noticiamos, foi com base nesse pretexto que encerrou a fábrica de papel de Oeiras, lançando no desemprego centenas de operários.

Alegam algumas empresas que têm encargos incomportáveis e foi com essa justificação que a «Braz e Braz» despediu diversos trabalhadores. Sucede, porém, que essa empresa apresentou em 1971 mais de 30 mil contos de lucros líquidos!

Os despedimentos, e o encerramento de fábricas significa lançar no desemprego e na miséria muitos trabalhadores e seus respectivos familiares. As suas consequências fazem-se sentir de uma ou de outra forma em várias outras camadas da população. Todos devem, por isso, opôr-se ao encerramento de qualquer fábrica e aos despedimentos, ou exigir indemnizações justas, juntamente com a garantia de um subsídio de desemprego suficiente enquanto os desempregados não arranjam trabalho equivalente.

# VIVA O 50º ANIVERSÁRIO



Em 30 de Dezembro de 1972, os povos da União Soviética, a classe operária internacional e toda a humanidade avançada e progressiva festejam o 50º aniversário da formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Os comunistas portugueses, os trabalhadores, a juventude e a intelectualidade progressiva de Portugal, associam-se de todo o coração às comemorações deste grande acontecimento.

Pertence a Lênine o grande mérito de haver criado o Estado Socialista multinacional após o triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro. A antiga Rússia czarista era uma imensa prisão de povos e nacionalidades escravizadas. Por isso, a justa solução da questão nacional de modo a traduzir na prática, de forma harmoniosa os interesses comuns dos trabalhadores das diversas nacionalidades que haviam compreendido a construção da sociedade socialista, constituía uma grande tarefa da revolução proletária triunfante. Desenvolvendo de forma criadora as ideias de Marx e Engels, Lênine criou uma doutrina harmoniosa sobre a questão nacional e elaborou os princípios científicos da política nacional do Partido Comunista da União Soviética.

Como afirma a Resolução do C.C. do P.C.U.S. sobre as comemorações do cinquentenário da formação da U.R.S.S., «a experiência da fundação dum Estado multinacional de novo tipo mostra que só a revolução socialista assegura a estreita união de todas as forças populares com a classe operária à cabeça para liquidar o sistema de exploração capitalista e com ele o sistema de opressão nacional. O estabelecimento da ditadura do proletariado foi a premissa política decisiva para o cumprimento desta tarefa histórica, da formação dum modo de vida socialista de nações e etnias do país, enquanto que o estabelecimento da propriedade social dos meios de produção foi a principal premissa económica.»

No processo de criação da URSS, o Partido Comunista da União Soviética, com Lênine à cabeça, combateu resolutamente pela igualdade de direitos de todas as nações e etnias, pelo direito das nações a dispor de si próprias, inclusive o direito à formação de Estados independentes. Esta foi uma condição fundamental para fazer triunfar a aliança voluntária de povos iguais em direitos que constitui a U.R.S.S.

A criação da U.R.S.S., decidida em 30 de Dezembro de 1922 pelo Congresso dos soviets de todas as repúblicas soviéticas, foi precedida de um amplo debate popular em comícios e em todos os escalões dos diversos organismos do poder proletário, tendo sido calorosamente aprovada pela classe operária, o campesinato trabalhador e os intelectuais de vanguarda.

O tratado sobre a fundação da U.R.S.S. foi assinado nessa data

pelas Repúblicas Socialistas Federativas Soviéticas da RUSSIA, da UKRANIA, da BIELORUSSIA, da TRANSCAUCASIA, (compreendendo o Azerbaidjão, a Arménia e a Geórgia). Em 1924, foram fundadas as Repúblicas Socialistas Soviéticas da TURQUEMENIA e do UZBEQUISTÃO e, em 1929, a do TADJQUISTÃO. Em 1936, as repúblicas autónomas do KAZAQUISTÃO e da KIRQUIZIA transformaram-se em repúblicas federadas. Neste mesmo ano, as repúblicas soviéticas do AZERBAIDJÃO, da ARMÉNIA e da GEÓRGIA, aderiram directamente à U.R.S.S.. Em 1940, no decurso da luta revolucionária dos trabalhadores da LITUÂNIA, da LETÓNIA e da ESTÓNIA que restabeleceu o poder soviético nestes países bálticos, eles aderiram também à URSS por livre vontade dos seus povos. Finalmente, depois da reunificação do povo da Moldávia, a República autónoma da MOLDAVIA transformou-se em República federada. Assim, a U.R.S.S. é hoje constituída por 15 Repúblicas Federadas iguais em direitos. O homem soviético, qualquer que seja a nacionalidade a que pertença, sente orgulho em ser, acima de tudo, cidadão da Grande União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Deste modo, trabalham lado a lado, fraternalmente, na construção da sociedade comunista cidadãos de mais de 100 nacionalidades e etnias.

Como afirma a citada resolução do C.C. do P.C.U.S., «no decurso dos anos de edificação do socialismo e do comunismo, uma nova comunidade histórica humana, o povo soviético, formou-se na U.R.S.S..

Esta comunidade formou-se na base da propriedade social dos meios de produção, da unidade da vida económica, social, política e cultural, da ideologia marxista-leninista, dos interesses e ideais comunistas da classe operária. O homem soviético adquiriu traços característicos: devotamento à causa do comunismo, patriotismo socialista e internacionalismo, grande actividade no trabalho e na vida política e social, intransigência face à exploração e opressão, aos preconceitos nacionais e raciais, solidariedade de classe com os trabalhadores de todos os países.»

Pelo seu poderio político, económico e militar, a URSS, é hoje uma grande potência mundial, mas é, acima de tudo, o grande baluarte mundial do socialismo que na luta à escala internacional centra a reacção e o imperialismo segue intransigentemente uma política de classe. Nas suas relações internacionais, a URSS segue uma política de paz e amizade, defende os princípios leninistas de igualdade dos países, luta resolutamente contra o colonialismo, o neo-colonialismo e o racismo, contra todas as formas de opressão nacional.

Por tudo isto, o proletariado internacional, as nações oprimidas e os povos que lutam contra o colonialismo e pela sua liberdade e independência têm na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas o seu mais fiel amigo e aliado.

## A QUEM SERVE O DESENVOLVIMENTO DA

A grande Revolução Socialista de Outubro que derrubou o poder do capital e dos latifundiários na velha Rússia, libertando ao mesmo tempo todos os povos até aí oprimidos pelo colonialismo russo, e a união desses povos em 1922 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, criaram as condições para o mais impetuoso desenvolvimento económico até hoje alcançado ao longo da História. E também pela primeira vez na História este desenvolvimento económico foi realizado em benefício exclusivo dos trabalhadores e não de um punhado de exploradores.

O quadro que publicamos abaixo mostra alguns aspectos essenciais do desenvolvimento da economia soviética de 1913 a 1970, reportando-se a 1913 como base (a que se atribuiu o valor 1), por serem desse ano os últimos números conhecidos antes da 1ª Guerra Mundial e portanto do período imediatamente anterior à Revolução.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOVIÉTICA NO PERÍODO 1913-1970

	1913	1940	1945	1950	1960	1965	1970
Produto Social Bruto	1	5,1	4,2	8,2	21	29	41
Renda Nacional	1	5,3	4,4	8,8	23	32	46
Produção Industrial	1	7,7	7,1	13	49	61	91
Ind. pesada	1	13	15	27	89	142	213
Ind. ligeira	1	4,6	2,7	5,7	15	20	30
Produto Bruto Agrícola	1	1,4	0,9	1,4	2,2	2,5	3,0

A leitura deste quadro mostra, por exemplo, que tendo-se atribuído à produção industrial de 1913 o valor 1, ela era já 7,7 vezes maior em 1940. E apesar de, durante o período da 2ª Guerra Mundial, ter diminuído devido à invasão nazi, a produção industrial em 1950 era já 13 vezes superior à de antes da Revolução; em 1960 foi 40 vezes maior, em 1965 foi 61 vezes maior e em 1970 foi 91 vezes mais elevada do que a de 1913. Em números absolutos, a produção industrial atingiu em 1970 um valor global de 373 mil milhões de rublos, tendo aumentado 50% nos 5 anos anteriores a 1971.

Para se provar quanto este desenvolvimento foi impetuoso, comparamos algumas taxas médias anuais de desenvolvimento da União Soviética e dos Estados Unidos nos 20 anos compreendidos entre 1951 e 1970:

	URSS	EUA
Renda Nacional	8,7	3,5
Produção Industr.	10,1	4,1
Produção Agrícola	4,1	1,75

O volume global da Renda Nacional soviética durante o oitavo quinquénio (1965-70) foi de um bilião, cento e sessenta e seis mil milhões de rublos. No quinquénio anterior (1961-65) o volume total da Renda Nacional foi de 840 mil milhões de rublos, enquanto durante os 5 anos anteriores à guerra (1936-1940) fora somente de 154 mil milhões. (Todos estes dados em preços constantes de 1965).

Na U.R.S.S., a distribuição da Renda Nacional efectua-se de acordo com os princípios do socialismo, com as leis objectivas do desenvolvimento do sistema socialista da economia, cuja base iratável é a propriedade social dos meios de produção. Assim,

por exemplo, cerca de três quartas partes da Renda Nacional soviética criada no quinquénio terminado em 1970 foram empregadas no consumo, isto é, em salário e rendimentos dos trabalhadores da cidade e do campo,

## O ensino

Levando à prática as palavras de Lênine de que «é impossível construir o comunismo sem possuir uma reserva de conhecimentos, da técnica e da cultura...» a União Soviética, às portas do comunismo, empenha-se profundamente no desenvolvimento da ciência, da técnica, do ensino público e na formação de especialistas.

Na URSS, onde todas as maravilhas da técnica e conquistas da cultura estão ao serviço e são património de todo o povo, são características essenciais do ensino o seu carácter massivo, democrático e gratuito (incluindo o superior).

Assim, 1 em cada 3 cidadãos da URSS estuda e 70% dos jovens soviéticos recebem instrução secundária que lhes permite entrar numa escola superior (na RFA, Inglaterra, França, este número oscila entre 20% e 25%).

A composição social dos estudantes reflecte evidentemente a estrutura social da sociedade soviética, ou seja: 36% dos estudantes dos centros de ensino superior são operários ou filhos de operários; 15,5 camponeses e filhos de camponeses.

«Todos os que aspiram ao trabalho pacífico juntam os seus esforços aos da Rússia Soviética para salvaguardar a paz, para proteger a humanidade contra as guerras monstruosas, exterminadoras!» (Extracto da Mensagem do X Congresso dos Sovietes da Rússia aos povos do mundo - 1922)

# O DA UNIÃO SOVIÉTICA

## ECONOMIA DA URSS ?

na assistência à saúde, na instrução pública e na satisfação de outras necessidades culturais, sociais, descanso, etc., dos cidadãos soviéticos. O 8º plano quinquenal (1965-70) estipulava que nesses 5 anos o salário médio dos operários e empregados aumentasse em 20%, pelo menos; de facto cresceu 26%. Estava previsto que os rendimentos em dinheiro e em produtos dos kolkoziãos das cooperativas agrícolas aumentassem de 35 a 40%; na prática elevaram-se em 42%. Os rendimentos reais per capita cresceram 33% durante o 8º plano quinquenal enquanto no plano anterior tinham subido 19%. Isto comprova que as metas traçadas pelo P.C.U.S. para a elevação do bem-estar dos trabalhadores, são ultrapassadas.

Fruto do entusiasmo e do trabalho criador de todo o povo, guiado pelo seu Partido Comunista, o impetuoso desenvolvimento da economia soviética reverte exclusivamente em benefício dos próprios trabalhadores soviéticos, da ajuda à consolidação dos regimes socialistas doutros países e da libertação de muitos povos oprimidos de que é exemplo mais notório neste momento o auxílio prestado ao povo do Vietnam.

## na URSS

Em 1970 possuíam uma educação superior ou média 59% dos operários industriais, 82% dos kolkoziãos e 93% dos especialistas e empregados.

No imenso país dos soviéticos foi feito um esforço gigantesco desde a Revolução de Outubro para levar às regiões mais atrasadas e longínquas os benefícios da cultura, da ciência e da técnica. Num prazo extraordinariamente rápido o alfabetismo desapareceu em 100% e hoje o ensino, e particularmente o superior, desenvolve-se em toda a URSS. O número de especialistas altamente qualificados com estudos universitários, que antes da Revolução eram 36.000, em 1970 ascendem a mais de 8 milhões, entre os quais se encontram representantes de todas as nacionalidades da URSS: 89.000 do Uzbekistão, 63.000 do Kazakistão, 17.000 do Kirghz, etc.

Respeitando os preceitos de Lênine, o PCUS e o Estado Soviético, tem obtido relevantes êxitos na realização de uma verdadeira revolução cultural, no desenvolvimento massivo do ensino público, na formação de especialistas qualificados, e no desenvolvimento de uma cultura nacional de todos os povos da URSS, na formação dos cidadãos da concepção comunista do mundo e na sua educação como activos lutadores pelo triunfo do comunismo no mundo inteiro.

## A JUVENTUDE

A educação revolucionária da juventude — 50% da população tem menos de 30 anos — ocupa um lugar central na acção do PCUS e do Estado Soviético.

O jovem soviético, educado nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, é chamado a participar — e participa de facto activamente — em todas as esferas da vida da sociedade. Basta dizer que mais de 500 mil jovens foram eleitos para os soviets e que 20% dos membros do Soviete Supremo, o órgão soberano do Estado, são jovens. O carácter do jovem soviético, o seu patriotismo, o seu internacionalismo, forjam-se na sua mobilização permanente e entusiástica para as grandes tarefas da edificação do socialismo na URSS e do movimento revolucionário internacional.

O Komsomol — Juventudes Comunistas — organização revolucionária de vanguarda da juventude soviética, constitui o mais precioso auxiliar do PCUS e do Estado Soviético na educação revolucionária da juventude. Fundado sob a orientação directa de Lênine, o Komsomol agrupa hoje cerca de 28 milhões de jovens de todas as nacionalidades (1 em cada 2) em 390.000 organizações de base. Possui 219 jornais e revistas de que edita anualmente mais de 4 milhões de exemplares. O Komsomolskaia Pravda, diário do Komsomol, tem uma tiragem de mais de 8 milhões. Nas «obras de choque» do Komsomol — grandes realizações da juventude como barragens, complexos fabris, cidades, escolas, recuperação de terras aráveis, etc. — participaram nos últimos anos milhões de jovens. É conhecido o papel determinante da juventude soviética na frente mundial anti-imperialista da juventude, em particular no apoio à luta heroica do povo vietnamita: através de Clubes de Amizade Internacional o Komsomol desenvolve uma intensa actividade de educação e mobilização da juventude soviética.

## AO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA

Queridos camaradas:

Por motivo do 50º aniversário da fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome de todos os membros do Partido e da classe operária de Portugal, envia calorosas e fraternais saudações ao Partido Comunista da União Soviética e ao povo soviético.

A fundação do primeiro Estado socialista multinacional teve como principal condição política a Revolução de Outubro, a conquista do poder pelos trabalhadores, a instauração do poder dos soviets. Teve como condição económica fundamental o estabelecimento da propriedade social dos meios de produção. Assentou na identidade de interesses e de objectivos de todos os proletários e na aliança do proletariado com o campesinato. Foi possível graças à direcção do Partido Comunista da União Soviética, inspirado pela política leninista das nacionalidades, pelo marxismo-leninismo, pelo internacionalismo proletário.

A unidade, a igualdade e a amizade fraternal das nações e povos da URSS, reforçaram-se dia a dia na construção do socialismo, no desenvolvimento impetuoso da economia e no florescimento da vida cultural de todas as nacionalidades, nas lutas heroicas e nos pesados sacrifícios em defesa da pátria socialista. O exemplo da URSS, mostra que só o socialismo e a aplicação dos princípios do internacionalismo proletário podem assegurar a liquidação da opressão e da desigualdade nacionais. Trata-se de um marco na história da humanidade a iluminar o caminho dos povos de todos os continentes.

Nesta data memorável, saudamos calorosamente todas as nações, povos e etnias da grande e invencível União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Estas nações, povos e etnias, irmanados na obra comum da construção do socialismo e do comunismo, educados no patriotismo socialista e no internacionalismo proletário, constituem uma nova comunidade histórica, o povo soviético multinacional, que, seu guia pelo glorioso Partido, caminha na vanguarda do progresso da humanidade.

As realizações e vitórias da URSS e a solidariedade soviética estão estreitamente ligadas todas as transformações revolucionárias da época contemporânea, as outras revoluções socialistas, o desenvolvimento do movimento comunista e operário, os sucessos do movimento de libertação nacional. Pela sua parte, o Partido Comunista Português tem sempre presente que a sua própria criação e actividade ao longo dos anos são inseparáveis da Revolução de Outubro, da experiência do PCUS, das realizações do povo soviético. A amizade e a estreita cooperação dos comunistas, dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo com a União Soviética é um decisivo factor para a vitória contra o imperialismo, para o triunfo dos ideais do comunismo.

Fazemos ardentes votos para novos grandes êxitos da URSS, do povo soviético, do seu dirigente e guia, o Partido Comunista da União Soviética.

Viva a inquebrantável e fraternal amizade de todas as nações e etnias da URSS, unidas na obra exaltante da construção do comunismo!

Viva a solidariedade e dos trabalhadores e dos povos para com o grande país dos soviets!

Viva a amizade e cooperação dos países socialistas, do movimento operário internacional, dos povos em luta contra o imperialismo!

Viva o marxismo-leninismo! Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central  
do Partido Comunista Português

## Comemorações do 7 de Novembro

A Grande Revolução de Outubro foi comemorada de diversas formas em várias empresas e localidades do país.

Em Lisboa realizou-se um jantar comemorativo com cerca de 150 pessoas, onde foram feitas várias informações, nomeadamente sobre as vantagens do socialismo e a ajuda da URSS ao Vietnam.

No Porto, realizou-se um jantar comemorativo do 7 de Novembro com a presença de duas dezenas de trabalhadores, e um magusto onde estiveram 130 pessoas, que

aprovaram várias mensagens, uma das quais ao povo da União Soviética.

*No dia 7 de Novembro foram colocadas 10 bandeiras vermelhas com a foice e o martelo, em vários sítios da cidade do Porto, na ponte de Rio Tinto, etc.. Uma delas foi posta na Torre dos Clerigos, tendo causado grande jubilo e muita gente foi lá propositadamente para a pôr.*

## Rádio Moscovo

Transmite todos os dias para Portugal em duas emissões, das 19,30 às 20 h. e das 20,30 às 21 h., em 19, 25 e 31 metros.

« A nossa República Socialista dos Sovietes erigir-se-á firmemente como o estandarte do socialismo internacional, como um exemplo para todas as massas trabalhadoras. »

Lénine

## MILHARES DE HABITANTES LUTAM PELOS SEUS INTERESSES LOCAIS

O documento de Maio do CC sa-lentava que «se os democratas en-cabeçarem decididamente a defesa dos interesses das populações (por melhores condições de habitação, contra as altas rendas de casa, pelo fornecimento de água e electricidade, pela construção de esgotos, pela construção de escolas, estradas, caminhos, creches e mercados, por melhores serviços dos CTT, contra a poluição, as deficiências de transportes e as prepotências das autoridades, etc.) e chamarem as massas à acção, é possível nessa base, organizar amplas lutas que, por todo o país, façam frente a política fascista e obtenham importantes sucessos».

Segundo esse justo caminho, foi enviado a M. Caetano um ABAIXO-ASSINADO COM MAIS DE 500 ASSINATURAS DOS MORADORES DA ENCOSTA DA LUZ (ODIVELAS), que continuam a alumiarem-se com velas e candieiros de petróleo, não têm água nas residências, os esgotos são focos de toda a espécie de insectos e cheiros insuportáveis, e pedem providências para «sob termo a esta situação que, dia após dia, se vai tornando insustentável».

Nas freguesias do concelho de Matosinhos (S. da Hora, Custóias e Leça da Palmeira), foram recolhidas cerca de 2.000 ASSINATURAS RECLAMANDO UM MELHOR ABASTECIMENTO DE ÁGUA. O fascista Pres. da Câmara alegou que o abaixo-assinado estava «redigido em termos pouco elegantes».

A supressão do comboio da Linha do Vouga e a sua substituição por camionetas que não cobrem a área abrangida pelo comboio, tem levantado um clamor de protestos. AS

POPULAÇÕES DA SENADA E DE JAFAR ENVIARAM UMA EXPOSIÇÃO AO GOVERNO COM MAIS DE 1.300 ASSINATURAS reivindicando a manutenção do comboio mas com locomotivas Diesel.

No prosseguimento da sua luta, CERCA DE 400 CAMPONESES, todos proprietários da zona atingida pelos incêndios provocados pelo comboio do Vouga, ENVIARAM UMA OUTRA EXPOSIÇÃO ONDE reclamam «ser justamente indemnizados».

NA LUTA CONTRA O CUSTO DE VIDA, CONTRA O AUMENTO DAS RENDAS DE CASA, etc., têm-se realizado diversas acções (abaixo-assinados, etc.) e organizado Comissões, colloquios e reuniões, nomeadamente em Lisboa e várias localidades dos arredores, na Póvoa de Varzim, etc..

## Resistência nos Quartéis

No Aljeite, os marinheiros do grupo 2 fizeram, em meados de Outubro, um levantamento de rancho, motivado pelo facto de ainda cerca de metade dos marinheiros estar na formatura e já não haver o comer habitual do dia. Tentaram dar salsichas com batatas fritas, mas os marinheiros não aceitaram, pelo que o oficial de serviço teve que mandar cozinhar nova refeição.

## A EXPLOÇÃO NA BARCARENA

A explosão na fábrica de pólvora de Barcarena, que originou a morte de 5 operários e ferimentos graves numa dezena de outros, não resultou da improvidência dos operários como a imprensa procurou fazer crer. Basta verificar que nessa mesma fábrica, em anos anteriores, já se produziram outras explosões e elevado número de mortos e feridos, para se compreender a quem cabem as responsabilidades da explosão de agora. Acresce que ainda recentemente foram despedidos dessa fábrica duas dezenas de trabalhadores, alegando a Administração que se recusavam a trabalhar horas extraordinárias.

Vê-se, assim, que na mira de aumentar a produção e os lucros, a Administração impunha ritmos e horas de trabalho excessivo que forçosamente conduziam a uma muito menor segurança no trabalho.

A responsabilidade do desastre de agora cabe, mais uma vez, inteiramente à Administração da empresa e ao Governo. Que os trabalhadores se recusem a trabalhar sem as condições necessárias de segurança e que todos exijam justas e duradouras indemnizações para as famílias dos que morreram e para os que ficaram mutilados ou feridos!

## GREVES E «CÊRA»

(continuação da 1ª pag.)

balhadores não se intimidam, reclamam a presença do director e elegem uma comissão para conversações com a administração. Depois do almoço, os operários sabem pela sua comissão que a administração se comprometera a dar uma solução até ao dia 2. Ante essa promessa, resolvem retomar o trabalho.

A administração não cumpriu o que prometera e, recebendo o recomeço da greve, no dia 2 recorre a uma hábil manobra: dá feriado da parte da tarde com a justificação de que era dia de «defuntos».

A luta deve continuar

O «Avante!» saúda calorosamente a magnífica unidade e

combatividade dos trabalhadores dos transportes do Porto, e incita-os a prosseguirem na luta até à conquista das suas reivindicações. Num documento subscrito por «um grupo de operários do S.T.C. do Porto» afirma-se, muito justamente: «A unidade e a firmeza que demonstramos na nossa luta... mostrou aos patrões e à polícia que eles chamaram, que estamos firmemente decididos a continuar a nossa luta até ver-nos satisfeitos os nossos direitos.» Tal como mais adiante afirma o mesmo documento, «depois de 2 anos de espera, não podemos esperar mais! Já basta de conversa fiada e de promessas que não se cumprem! As nossas famílias, os nossos filhos, não se sustentam com paleio e a vida sobe cada vez mais...»

## DEFENDAMOS A VIDA de Carlos Domingos



Preso em fins de Setembro, Carlos Domingos logo começou a ser cruelmente torturado pelo bando de criminosos da PIDE. Durante 13 dias e noites, foi impedido de dormir e sujeito a outras torturas. Apesar disso nada declarou à polícia e nada assinou.

Há razões para recetar que a PIDE continue a torturar este devotado militante revolucionário, motivo por que se impõe exigir que cessem as torturas e que se acabe imediatamente com o isolamento a que continua a ser sujeito.

## QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

À memória de Gabriel Pedro	400\$00	José Gregório	500\$00
À memória de Maria Margotti	16.000\$00	Lenine	2.000\$00
A. R. A.	50\$00	Idem	1.000\$00
A.R.A. «Mais Cunene»	500\$00	Idem	1.000\$00
«Abaixo a guerra colonial»	1.000,00	Liberdade p/H. Rufino	300\$00
Amigo da loja	100\$00	Eiberd, p/ Dias Lourenço	150\$00
Amigo da quinta	50\$00	Libertação para José Magro	250\$00
Amigos do Partido	325\$00	Libertação dos presos políticos	52\$00
Idem	255\$00	Luta anti-fascista	530\$00
Idem	300\$00	Lutando venceremos	725\$00
António Gervásio (A)	500\$00	Mandarin	100\$00
António Gervásio (B)	100\$00	Metalúrgico amigo	20\$00
António Gervásio (CP)	50\$00	Metalúrgico confiante	200\$00
Acante P. Democrata	100\$00	Metalúrgico vermelho (J)	50\$00
Idem	100\$00	Necas	300\$00
Idem	100\$00	Pela Libertação	
Camaradas emigrantes	300\$00	Dinis Miranda	20.000\$00
Camarada vermelho	50\$00	Pela organização dos motoristas	90\$00
Comunistas do Barreiro	500\$00	Idem	40\$00
Davidos	300\$00	Por um Portugal Comunista	565\$00
Democratas AU	315\$00	Ribatejano Resistente	40\$00
«Donatloo»	1.000\$00	Resistente	20\$00
Dum fato de macaco	1.700\$00	Resistente Democrata	50\$00
Escravo da ditadura fascista	70\$00	Revolução Democrática e Nacional	50\$00
FH (AU)	1.000\$00	Seara do Sol	2.950\$00
F. Vicente	140\$00	Sindicatos livres	160\$00
Família Fernando	50\$00	Tipografia clandestina	1.500\$00
Ferroviário Vermelho	20\$00	Trigo Vermelho	250\$00
Fora Marcelo Caetano	117\$00	Um Simpatizante do PC	100\$00
Gabriel Pedro	400\$00	Vítimas do Tarrafal	90\$00
Georget e Sofia	1.090\$00	Viva a ARA	1.850\$00
Imprensa Democrática	100\$00	Viva o PCP	100\$00
Isqueiros	25\$00	Viva o PCP	100\$00
Iniciativa	150\$00	2 amigos do P (Dreux)	30\$00
Jos. Comunistas	150\$00	30 anos do Partido	329\$00
José Adelino dos Santos	500\$00		
Total			63.975\$00

## FORA DO PAÍS com as bases militares estrangeiras

A continuação das bases militares estrangeiras no país (Beja, Montijo, Açores, etc.) constitui um crescente perigo para o povo português e a venda da soberania e independência nacionais. Os fascistas fizeram crer que a base alemã de Beja ficou destinada apenas para treinos da aviação civil da Alemanha Ocidental. Sabe-se, todavia, que a aviação militar alemã tem utilizado a base de Beja e o campo de tiro de Alcochete para treinos de bombardeamentos. Ainda há pouco, num desses treinos, um avião de combate alemão atingiu com uma rajada de metralhadora a casa de uma família de camponeses na região de Alcochete. Não houve vítimas só por mero acaso.

Exigir a cessação imediata de tais treinos e a liquidação das bases militares estrangeiras no país, é uma exigência e um imperativo nacionais.

A política belicista do governo de M. Caetano não se manifesta somente na continuação da infame e anti-nacional guerra colonial. O fascismo português cede o território nacional para bases militares estrangeiras, apoia a continuação da agressão imperialista ao Vietnam e a política agressiva de Israel, está ao lado

da reacção que procura opôr-se à deminuição da tensão internacional. Tudo o que seja tendente à liquidação de focos de guerra e à consolidação da paz, encontra a oposição do governo de M. Caetano.

## Mindzenty em Fátima

O Alto Clero reacçãoário deu desde sempre a Fátima um significado político anticomunista. A «mensagem de Fátima» lançada em 1917 (!) teria sido a da «conversão da Rússia», ou seja, a da contra-revolução no primeiro país socialista. A «Voz de Fátima», jornal católico, notabilizou-se por nada ficar a dever à PIDE, nas suas calúnias e no seu ódio aos comunistas. O anticomunismo sempre foi o tom das peregrinações.

Para manter esta tradição, os cerimónias de 13 de Outubro último foram presididas pelo Cardeal Mindzenty, um dos chefes da contra-revolução húngara de 1956. Tanto o cardeal húngaro como os bispos portugueses lançaram-se em diatribes contra a Hungria socialista e contra o comunismo. Ousaram mesmo fazer a apoteose da antiga ditadura fascista na Hungria e do fascismo em geral.

Não será isto abusar dos sentimentos religiosos para fazer política fascista? Quando se resolver a Igreja portuguesa a «tomar as suas distâncias» com o fascismo?

# A AMNISTIA — UMA EXIGÊNCIA NACIONAL!

O decreto-lei que extinguiu as «medidas de segurança» de internamento, cujo verdadeiro alcance não pode ainda ser completamente avaliado, representa, de qualquer forma, um recuo político do fascismo e um importante sucesso na luta contra a repressão.

No imediato, foram libertados

vários presos políticos que permaneciam nas cadeias ao abrigo dessa celerada disposição repressiva, entre os quais os camaradas **Úrsula Machado, Jorge Araújo, António Graça e Cabral de Matos.**

A extinção das «medidas de segurança», por decreto-lei do

ministro do Interior, surge numa complexa situação política para o fascismo, num clima de profunda indignação popular contra a actividade desenfreada e criminosa das forças repressivas, num ambiente de grandes lutas contra a repressão, num momento em que a solidariedade internacional à luta do povo português se manifesta larga e activamente. Ela não está desligada, de maneira nenhuma, das potentes acções últimamente realizadas, entre as quais sobressaem:

— a grande manifestação dos estudantes e povo de Lisboa contra o assassinato pela PIDE de um estudante e contra a actividade terrorista do Governo;

— a manifestação dos estudantes do Porto com os mesmos objectivos;

— as moções aprovadas nos comícios e reuniões do 5 de Outubro, nomeadamente em Almada e no Barreiro, exigindo a libertação dos presos políticos e denunciando a ofensiva repressiva;

— o documento entregue ao ministro da Justiça em que mais de 300 advogados denunciam, como inconstitucional, o decreto-lei que organiza a DGS (PIDE) e exigem a revogação de dois artigos do mesmo decreto: o que equipara o director e inspectores da PIDE a juizes de instrução, o que permite impedir a assistência dos advogados aos interrogatórios.

A publicação do decreto-lei precisamente no dia em que se iniciou o Congresso dos advogados não foi uma fortuita coincidência. O governo não tinha dúvidas de que a sua legislação repressiva (de modo especial as «medidas de segurança») iria ser submetida a uma denúncia rigorosa e combativa. Assim foi de facto. O Congresso em que participaram cerca de 1.000 advogados pronunciou-se pela extinção dos tribunais plenários, pela presença dos advogados nos interrogatórios dos presos políticos, contra o decreto-lei que organiza a DGS (PIDE), pela redução dos prazos de prisão preventiva.

## A ofensiva repressiva não parou

O decreto-lei sobre as «medidas de segurança» é acompanhado de um conjunto de novas disposições repressivas que incriminam casos que não estavam claros na lei, em especial as «actividades preparatórias de crimes contra a segurança do Estado», a participação em manifestações ou a tentativa de as organizar, a distribuição e colagem de manifestos e targetas, etc.. Estas novas disposições foram já aplicadas a estudantes de Coimbra que se manifestaram nas ruas da cidade durante a comemoração da Tomada da Bastilha—foram presos e multados.

Como foi anunciado na Assembleia Nacional fascista, o governo prepara-se para instaurar o regime de prorrogação de penas o que, a verificar-se, significará a continuação das medidas de segurança com outro nome. É aliás significativo que o advogado mo-

gambicano Dr. Arouca continue preso ao abrigo dessas medidas.

Tudo isto demonstra o carácter demagógico da extinção das «medidas de segurança». Ao mesmo tempo que é forçado a recuar perante a pressão da luta do nosso povo e da Opinião pública internacional, o governo arma-se com novos instrumentos repressivos e prepara subrepticamente o agravamento da legislação.

A ofensiva repressiva não parou.

Nos dias 10 e 11 de Novembro, estudantes e jovens intelectuais, em número de dezena e meia, foram presos em Lisboa. Vários outros foram procurados pela PIDE.

No Porto, foram presos vários jovens trabalhadores, há notícia de muitas prisões nos Serviços de Transportes Colectivos, cerca de 40 trabalhadores da APDL foram interrogados pela Pide.

Os presos políticos continuam a ser selvaticamente torturados. O camarada Carlos Domingos foi submetido à tortura do sono durante 13 dias e noites seguidos.

A pretecto da defesa civil do território, as forças repressivas, sob o comando da PIDE, fazem frequentes reuniões em que planeiam operações repressivas.

Colóquios, conferências e outras manifestações culturais continuam a ser proibidas.

Não contente com o clima de terror que faz instaurar nas Universidades e com o assassinato de um estudante, M. Caetano ameaça estudantes e professores com novas medidas repressivas.

## Amnistia

### — na ordem do dia

Depois do decreto sobre as «medidas de segurança» e da libertação dos presos que se encontravam nas cadeias ao abrigo delas, a luta pela amnistia está na ordem do dia.

O apelo da **Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos**, de 1 de Maio de 1972, teve o aplauso de toda a opinião democrática e progressista, de todos os portugueses que não estão empliciados com a ditadura fascista. Ele foi apoiado por múltiplos abaixo-assinados em que se reuniram muitos milhares de vozes. Mais recentemente têm sido enviados à Assembleia Nacional fascista vários documentos individuais e colectivos com milhares de assinaturas exigindo a amnistia. Reflectindo este vasto movimento, alguns «deputados» usaram da palavra em seu apoio.

Uma amnistia que abra as portas das prisões a todos os presos políticos e que torne possível o regresso à vida normal em Portugal de todos os exilados e perseguidos políticos é uma exigência nacional. Urge dar-lhe uma expressão mais larga e combativa, prosseguindo ao mesmo tempo, a denúncia das torturas e outros crimes da PIDE-DGS, a luta pela presença dos advogados nos interrogatórios dos presos políticos, o desmascaramento das novas disposições repressivas que o governo introduz na legislação, a exigência da dissolução da PIDE a luta contra a repressão em geral.

## Guerras coloniais

# Crescente pressão internacional por negociações

As guerras coloniais conduzidas pelo governo de M. Caetano têm estado no centro dos problemas debatidos na ONU.

A Assembleia Geral aprovou quase unanimemente uma moção, já aprovada na Quarta Comissão, reconhecendo os movimentos de libertação das colónias portuguesas como legítimos representantes dos seus povos, afirmando que Portugal deve iniciar negociações com o PAIGC, e MPLA e a FRELIMO e retirar as suas forças militares.

No Conselho de Segurança o problema foi debatido na sua globalidade o que já não sucedia desde 1963 e foram ouvidos Marcelino Santos em nome da FRELIMO, Manuel Jorge do MPLA e Gil Fernandes do PAIGC que além de traçarem as linhas gerais da situação nos seus países, declararam que os movimentos que representavam estavam prontos a entabular negociações com o governo português. Ainda no Conselho de Segurança foi aprovado por unanimidade uma resolução reafirmando o direito dos povos de Angola, Guiné e Cabo Verde e Moçambique à autodeterminação e independência, e apelou também para que Portugal cesse as operações militares e inicie negociações.

Os debates e resoluções da ONU representam uma grave derrota para o fascismo e um extraordinário sucesso para os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Como foi possível tal êxito que levou inclusivamente os países imperialistas aliados de Portugal a votar a resolução? Que razões o determinaram? Eis as mais importantes:

Os êxitos militares, políticos e diplomáticos do PAIGC, da FRELIMO e do MPLA, que controlam grande parte dos seus países, e constroem nas zonas já libertadas, mesmo nas difíceis condições da guerra, um futuro de paz e progresso social.

A luta do povo português contra as guerras coloniais, nomeadamente as acções da ARA, o grande número de desertores e refractários, as consignas anti-coloniais gritadas nas acções de massas (como ainda recentemente os estudantes de Lisboa e do Porto) e tomadas de posição como a de numerosos advogados que no seu Congresso receberam aos gritos de «autodeterminação» a proposta de alargamento da

Ordem às colónias.

A solidariedade internacional ao PAIGC, MPLA e FRELIMO com relevo para a URSS e restantes países socialistas, e a opinião progressista internacional que cada vez mais se manifesta nesse sentido.

A política de coexistência pacífica da URSS e dos restantes países socialistas, que contribui como importante factor para a luta anti-imperialista e para um clima de desanuviamento e de paz. Particularmente na Europa (abrindo caminho à realização da Conferência de Segurança Europeia) tornou a política do governo fascista de guerra e agressão num anacronismo.

Mesmo em vésperas da reunião do Conselho de Segurança, na sua «conversa» M. Caetano depois de deixar transparecer as sérias dificuldades no teatro das guerras, declarou sobre a proposta de negociações: «tal negociação é impossível» e que «nenhum governo poderia entrar em tais negociações sacrílegas».

Justifica-se com a Constituição, com as «eleições» — burla para deputados de 1969 e com aquilo a que chama «honra nacional». «Honra nacional» diz Caetano e será em seu nome que os colonialistas praticam o genocídio, a guerra química e os bombardeamentos com napalm? E terá sido também em seu nome que a força aérea massacró a população do Sul de Angola (Ovambos) provocando 400 mortes? E a chacina na cidade da Beira em que os colonialistas mataram ou feriram mais de 150 populares de cor?

*Os movimentos de libertação das colónias portuguesas, mais uma vez e na própria ONU se declararam prontos a iniciar negociações com o governo português com vista à independência dos seus povos. A Assembleia Geral da ONU e o Conselho de Segurança aprovaram resoluções nesse sentido. A exigência de negociações tem sido igualmente uma das palavras de ordem dos comunistas e de outros democratas portugueses.*

*O governo insiste na guerra mas a sua situação militar agrava-se, exige maiores sacrifícios do povo português, mas cresce a luta contra as criminosas guerras, internacionalmente o isolamento da ditadura é cada vez maior e mais evidente.*

*Neste contexto IMPÕE-SE QUE POR TODO O LADO E SERVINDO-SE DAS MAIS DIVERSAS FORMAS DE ACÇÃO, SE AMPLIE E REFORCE A LUTA PARA FORÇAR O GOVERNO DE CAETANO A PÔR TERMO À GUERRA E NEGOCIAR COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÓNIAS.*

## Progressos na segurança europeia

Vencendo as resistências dos círculos mais reacçãoários e agressivos do imperialismo as ideias da segurança europeia impõem-se. A Conferência Europeia dos Estados, que não há muito parecia um objectivo distante, entrou, com as conversações multilaterais de Helsínquia, iniciadas a 22 de Novembro, na fase de preparação prática.

Os rápidos progressos que se operaram foram possíveis graças aos esforços persistentes e realistas da União Soviética e dos outros países da comunidade socialista, graças à acção desenvolvida pelos Partidos Comunistas e outras forças democráticas, progressistas e pacíficas nos países capitalistas, uns e outros conduzindo à criação de um poderoso movimento da opinião pública europeia que se tem afirmado em múltiplas manifestações, com destaque especial para a Assembleia da Opinião Pública, realizada em Bruxelas a 1, 2 e 3 de Junho passado.

O tratado quadripartido sobre Berlim e o acordo entre a República Democrática Alemã e a República Federal Alemã estão na linha dos tratados concluídos pela URSS e a Polónia com a Alemanha Federal, são produto da nova correlação de forças na Europa e da sua justa exploração através da política de paz dos países socialistas, abrem caminho a novos progressos no sentido da segurança europeia.

A vitória da coligação chefiada por Brandt nas recentes eleições na Alemanha Federal assinala o nítido apoio do povo alemão à política de desanuviamento realizada por sociais democratas e liberais e marca o recuo das forças do revanche e da guerra neste país.

A luta pelo estabelecimento de um sistema eficaz de segurança europeia serve não só os interesses dos povos da Europa, mas os dos povos do mundo inteiro. A tensão internacional só ao imperialismo e à reacção aproveita. Um clima de paz é o mais favorável à luta dos povos europeus pela democracia e o socialismo. Uma atmosfera de paz no continente europeu, centro nevralgico da política mundial, influenciará positivamente toda a situação internacional, condicionará as forças imperialistas de agressão nas outras regiões do globo, redundará num precioso contributo para a luta anti-imperialista por toda a parte. Por isto, os círculos mais reacçãoários do imperialismo, se não se opõem já frontalmente à realização da Conferência Europeia dos Estados, procuram protelá-la e fazem esforços para adulterar o seu conteúdo, como se tem visto nas conversações preparatórias de Helsínquia. A recente decisão dos ministros de Defesa da NATO de aumentar substancialmente as verbas destinadas a despesas militares faz parte da conspiração imperialista contra a segurança europeia.

O governo português embora

contrariado, está a participar na reunião de Helsínquia. Mas seguro de que o estabelecimento de um sistema de segurança na Europa será profundamente desfavorável à sua política interna, externa e colonial ele alinha com os círculos mais reacçãoários do imperialismo e aparece frequentemente como porta-voz da resistência com que estes procuram travar a marcha para a Conferência dos Estados.

Em contrapartida, a Comissão Nacional da Opinião Pública para a Segurança e a Cooperação Europeias intensifica a acção de esclarecimento e estreita os contactos com as forças pacíficas de toda a Europa. Exemplos recentes desta actividade: o lançamento de um disco com muitos depoimentos e a gravação de uma mesa redonda sobre os problemas da segurança na Europa; a participação de uma delegação portuguesa na reunião do Comité Internacional para a Segurança Europeia, realizada em Bruxelas a 1, 2 e 3 de Dezembro.

O povo português não está alheio à luta pela segurança na Europa, mas há que intensificar a acção com este objectivo, apoiando a Comissão Nacional de Opinião Pública, divulgando e levando mais além as suas iniciativas.

## ALARGA-SE A SOLIDARIEDADE AO VIETNAM

Nas mais variadas regiões do país, abrangendo diversas camadas sociais e pessoas de todas as correntes políticas, alarga-se a solidariedade com a heróica luta dos povos do Vietnam.

«Americanos tirem as patas do Vietnam»; «Abaixo a agressão imperialista»; «Fim aos bombardeamentos ao Vietnam»; «Viva o heróico povo do Vietnam!»

Estas e outras inscrições apareceram em várias localidades dos concelhos de Oeiras e Sintra, assim como noutras regiões.

No Encontro de 300 estudantes de Medicina—Lisboa; Porto e Coimbra—, gritou-se, «Abaixo o imperialismo» «Viva o povo vietnamita!» «Nixon, fora do Vietnam!».

Dezenas de estudantes de Coimbra, organizaram um convívio, em meados de Outubro, onde discutiram formas de incrementar a solidariedade ao Vietnam. Num jantar comemorativo do 5 de Outubro, no Porto, foram vendidos muitos postais e recolhidos cerca de 800\$00 para o hospital Nguyen Van Troi.

Democratas dos concelhos de Oeiras e Sintra recolheram 300\$00 para o Vietnam e enviaram um telegrama com 36 assinaturas à embaixada americana, de «enérgico protesto contra a guerra travada pelo governo americano no Vietnam».

Em Sacavém, cerca de 100 pessoas, na maioria operários, reunidos para comemorar o 5 de Outubro, aprovaram enviar mensagens aos delegados do Vietnam à Conferência de Paris e recolher

## CHILE

### REFORÇO DA UNIDADE POPULAR

A recente ofensiva da reacção chilena contra o Governo de Unidade Popular de Salvador Allende foi noticiada pelos meios de informação fascistas portugueses com grandes parangonas, pretendendo fazer passar o complot de um punhado de capitalistas procurando salvar os seus privilégios, por um movimento de descontentamento das massas trabalhadoras do Chile. Quando o pequeno grupo (filhado na organização patronal SOFOFA) de proprietários de empresas de transportes e comerciantes foi obrigado, pelo movimento popular de apoio ao Governo e pelas medidas deste, a desistir dos seus planos de desorganizar a economia chilena, os imperialistas e reacçãoários de todo o mundo viram a sua expectativa lograda e baixaram as orelhas como o burro da fábula.

Quer isto dizer que a oposição reacçãoária ficou definitivamente neutralizada no Chile? Seria ilusório acreditá-lo. A reacção interna chilena é mantida pelo imperialismo, particularmente pelo imperialismo americano, numa coligação que visa derrubar o Governo popular e retomar as anteriores posições de privilégio na vida política e económica do Chile.

O Governo de Unidade Popu-

lar tem pois que defrontar sérios ataques no plano interno e externo. No plano externo é o bloqueio imperialista comandado pelos Estados Unidos, cuja agressão económica vai desde a exigência do pagamento antecipado das dívidas contraídas pelo anterior governo até à «guerra do cobre», ao congelamento de créditos e recusa de vendas, etc. No plano interno, os ataques da reacção são vibrados a partir de fortes posições que esta ainda detem, pois continua a dispor dum parte importante do poder político, de grandes recursos financeiros e dum extenso e eficiente aparelho de propaganda (jornais e estações de rádio, etc.). Além de comportar uma constante ameaça, esta situação tem representado um freio para o Governo que, mantendo-se num plano de estrita legalidade constitucional, não procedeu à reforma das instituições com vista a dismantelar as praças fortes da oposição reacçãoária.

A maior força do Governo de Allende tem-lhe vindo do apoio das massas trabalhadoras, em primeiro lugar da classe operária e do partido que a representa, o Partido Comunista do Chile, cuja colaboração tem sido decisiva para Allende.

A unidade dos dois principais partidos da coligação da Unidade Popular, o Socialista e o Comunista, tem sido a grande alavanca das reformas económicas e sociais processadas no Chile: —nacionalização das principais indústrias, minas, bancos e entrega aos camponeses das propriedades latifundiárias; o que permitiu uma redistribuição da Renda nacional e possibilita assentar sobre bases sólidas a independência e soberania do Chile. Foi esta política que ganhou para o Governo o apoio das massas e permitiu o reforço da unidade popular que fizeram recuar a ofensiva reacçãoária. No plano internacional, a recente visita de Allende à União Soviética e a Cuba estreitaram laços de amizade e uma ajuda que se irá reflectir na consolidação do regime e diminuirá os perigos da ameaça imperialista.

## A China lado a lado com o fascismo português

O que se passou recentemente na ONU, com a moção a favor da imediata suspensão de todos os ensaios atmosféricos com armas nucleares, é bem elucidativo. Pela moção votaram maciçamente 105 países. Contra votaram apenas 4: a China, a França, Portugal e a Albânia. Que Portugal vote quase isolado não é de estranhar por ser já coisa habitual, mas é significativo que a China e a Albânia, tal como sucedeu no caso do Bangla Desh, mais uma vez se tenham encontrado do mesmo lado dessa lamentável barricada. Estranha aliança (!...) que bem mostra quem está do lado das forças que se opõem à paz, à liberdade e independência dos povos.

fundos de solidariedade.

Mensagens e saudações ao Partido dos Trabalhadores do Vietnam do Norte, à Frente de Libertação Nacional do Vietnam do Sul, e ao povo do Vietnam, foram enviados pelo «organismo responsável do Ribatejo e Oeste do PGP»; por «Um grupo de democratas do distrito de Santarém»; por «Um grupo de 50 trabalhadores da zona industrial dos arredores de Lisboa»; por «Um grupo de metalúrgicos»; por «jovens trabalhadores democratas»; por «operários da construção civil»; todos do distrito de Lisboa; do Porto, foram enviadas mensagens pelo «Movimento da juventude trabalhadora», por «Operários e trabalhadores intelectuais», por «3 operários metalúrgicos comunistas», etc.

Numa dessas mensagens, afirma-se: «Não podem os jovens trabalhadores democratas de Lisboa, deixar de lhe dar o máximo apoio até à derrota final do imperialismo norte-americano e da camarilha Thieu-Ky, apesar da repressão que o governo fascista lança sobre o povo português». Numa outra, diz-se: «No momento em que a aviação destrói os vossos hospitais, escolas, fábricas, campos e bairros e as vossas crianças ficam esmagadas entre os escombros e estropiadas pela metralha, nós sentimos nos nossos corações de país uma imensa dor ao mesmo tempo que cresce em nós uma raiva surda e o desejo cada vez maior de participar também na vossa luta».